

ENERGIA

ONS defende a volta do horário de verão

O sistema elétrico brasileiro deve apresentar problemas para o suprimento da demanda de potência de energia elétrica nos horários de pico, especialmente no fim do dia, nos próximos cinco anos, caso não realize leilões de potência de energia. A conclusão é do Plano da Operação

Energética (PEN 2025), lançado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na terça-feira passada. O documento traz as avaliações das condições de atendimento ao mercado previsto de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) para o período de 2025 a 2029. Se-

gundo o ONS, haverá necessidade de despacho de usinas térmicas flexíveis para atender a demanda no horário de pico, com a adoção de medidas alternativas. Entre elas, a possibilidade de retorno do horário de verão, suspenso no governo do ex-presidente Bolsonaro. [PÁGINA 2](#)

FIM DA DOLARIZAÇÃO

TOMAZ SILVA/ABRASIL



Banco do Brics terá 30% da carteira em moedas locais

A presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Dilma Rousseff (**foto**), voltou a defender, ontem, o uso de moedas locais em financiamentos realizados nos países do Brics, como uma forma mais vantajosa de promover o desenvolvimento sustentável desses países. “Nós sabemos que os países em desenvolvimento e as economias emergentes têm uma deficiência de acesso ao financiamento. Plataformas como o NDB e os bancos nacionais de desenvolvimento, eles suprem isto em parte, mas é necessária uma discussão muito séria no mundo a respeito de como resolver o problema do financiamento”, disse. “Uma das soluções mais promissoras envolve a ampliação do uso de moedas locais nos financiamentos realizados por bancos multilaterais, porque você obterá uma taxa de juros menor”, defendeu Dilma, em participação de seminário no BNDES. [PÁGINA 3](#)

AÇÃO POLÍTICA

Donald Trump anuncia tarifa de 50% para produtos do Brasil

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, informou, ontem, que a tarifa sobre produtos importados do Brasil será de 50%, com início a partir de 1º de agosto. O republicano argumentou que o nível da taxa se dá por ordens judiciais que “censuram” mídias sociais americanas e inibem a liberdade de expressão de cidadãos

dos EUA. Segundo Trump, esses ataques do Brasil partem do Supremo Tribunal Federal (STF). No documento publicado na Truth Social, o presidente pontua a cláusula de retaliação e ameaça elevar ainda mais as tarifas caso o países responda com medidas semelhantes. [PÁGINA 3](#)

RICARDO STUCKERT/PR



Lula: Brasil irá responder a tarifaço dos EUA com legislação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) afirmou ontem que o tarifaço de 50% a todos os produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos será respondido com a Lei de Reciprocidade Econômica. Em nota à imprensa, o governo brasileiro defendeu a soberania do país e disse que é falsa a alegação do presidente norte americano Donald Trump de que a taxação seria aplicada em razão de déficit na balança comercial com o Brasil. A lei brasileira sancionada em abril estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira. “Neste sentido, qualquer medida de elevação de tarifas de forma unilateral será respondida à luz da Lei brasileira de Reciprocidade Econômica. A soberania, o respeito e a defesa intransigente dos interesses do povo brasileiro são os valores que orientam a nossa relação com o mundo”, afirmou o presidente em rede social, ao replicar a nota. [PÁGINA 5](#)

EUA

Suprema Corte aliada a Trump libera demissões

[PÁGINA 6](#)

CRÉDITO

Agricultura familiar no N e CO terá R\$ 1 bi

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional anunciou, ontem, a disponibilização de R\$ 1 bilhão em recursos públicos para operações de microcrédito rural nas regiões Norte e Centro-Oeste. O total de recursos disponíveis será de até R\$ 500 milhões para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e de até R\$ R\$ 500 milhões para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). “Hoje estamos anunciando R\$ 1 bilhão, a

princípio. É possível disponibilizar mais R\$ 1 bilhão”, disse o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, durante entrevista coletiva para anunciar os valores, na sede do ministério em Brasília. Segundo o ministro, a retomada dos programas de microcrédito no governo federal tem se mostrado exitosa. Os projetos aprovados na região amazônica, no ano passado, acessaram todo o crédito disponibilizado, afirmou Góes. [PÁGINA 2](#)

INDICADORES

IBOVESPA -1,31% / 137.480,79 / -1.822,06 / Volume: 22.906.144.454 / Negócios: 3.355.226										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	GP-M	-1,65% (jun.)	EURO turismo		
Mais Negociados				Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,26% (jun.)	Compra: 6,5171	Venda: 6,6971	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.								
BRF SA ON NM	22,50	+1,67	+0,37	AZEVEDO ON	0,59	+11,32	+0,06	DOTZ SA ON NM	5,650	-7,68	-0,470	Dow Jones	44.458,3	+0,49					
B3 ON NM	14,48	-0,75	-0,11	FER HERINGERON NM	4,31	+9,39	+0,37	GENERALSHOPPON	4,36	-7,23	-0,34	S&P 500	6.263,26	+0,61					
AMBEV S/A ON	13,31	-0,52	-0,07	COMGAS ON	129,90	+7,96	+9,58	OI ON N1	0,59	-6,35	-0,04	NASDAQ Composite	20.611,338	+0,94					
COGNA ON ON NM	2,76	-2,82	-0,08	PANATLANTICAON	40,44	+7,81	+2,93	REVEE ON NM	80,000	-5,88	-5,000	Nasdaq 100	22.864,906	+0,72					
BRASIL ON NM	21,45	-2,50	-0,55	BANRISUL PNA N1	15,60	+6,85	+1,00	OI PN N1	8,17	-5,55	-0,48	Euronext 100	1.600,48	+1,02					
												CAC 40	7.878,46	+1,44					
													Taxa Selic						
													(18/06)	15%					
													TR						
													(10/07)	0,1719%					
													Poupança						
													(10/07)	0,6728%					

MERCADOS



Bolsa emenda terceira perda sob ofensiva protecionista de Trump

LUÍS EDUARDO LEAL
E MARIA REGINA SILVA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) chegou ao meio da semana em baixa pela terceira sessão, devolvendo mais dois degraus na escalada que o havia levado, na sexta-feira passada, ao recorde de 141 mil pontos. Após ter fechado na terça-feira, aos 139 mil pontos, o Índice Bovespa (Ibovespa) recuou ontem, para o patamar dos 137 mil pontos, pressionado em especial a partir do meio da tarde por novos sinais protecionistas do presidente Donald Trump, inclusive ao Brasil.

No fechamento de ontem, o Ibovespa mostrava perda de 1,31%, aos 137.480,79 pontos, menor nível desde 27 de junho, com giro a R\$ 22,5 bilhões na sessão desta quarta. Da mínima à máxima do dia, oscilou dos 137.299,04 aos 139.330,70, saindo de abertura aos 139.302,85 pontos. Na semana, acumula até aqui perda de 2,68%, passando assim ao negativo no mês (-0,99%). No ano, sobe 14,3%.

Em Nova York, os principais índices acionários fecharam o dia com ganhos entre 0,49% (Dow Jones) e 0,94% (Nasdaq) na sessão. Na B3, além de Braskem, destaque ontem para Vamos (+2,31%) e BRF (+1,67%). No campo oposto, PetroReconcavo (-5,36%), Marfrig (-4,73%) e CVC (-4,51%). Entre as blue chips, Vale ON cedeu 0,99% e as perdas em Petrobras ficaram em 1,45% (ON) e 0,62% (PN). Nos grandes bancos, o ajuste do dia chegou a -2,07% (Itaú PN) e -2,50% (BB ON) no fechamento.

DÓLAR

O dólar acentuou bastante o ritmo de alta no mercado local ao longo da tarde desta quarta-feira. O dólar à vista, que registrou máxima a R\$ 5,5034 na reta final dos negócios, encerrou a sessão em alta de 1,04%, a R\$ 5,5024 - maior valor de fechamento e acima do nível de R\$ 5,50 pela primeira vez desde 25 de junho (R\$ 5,5551). A liquidez foi contida em razão de feriado no estado de São Paulo.

2023

TCU identifica 1,08 mi de benefícios do INSS com irregularidades

RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou ontem um relatório de acompanhamento com indícios de irregularidade na folha de pagamentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), apontando o total de 1.087.529 benefícios com indícios de pagamento indevido em dezembro de 2023.

Há, por exemplo, 22.907 casos de acumulação indevida de benefícios. Outros casos são

benefícios pagos a titulares com CPF cancelado ou nulo, benefícios pagos a titulares com início de falecimento ou casos de pensão por morte superior ao teto.

Foi determinado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que, no prazo de 180 dias, adote providências para mitigar os riscos apontados no relatório e avaliar o custo-benefício de revisar os benefícios identificados. O ministro Bruno Dantas foi o relator do processo.

MINAS E ENERGIA

Silveira confirma MP única com alternativas para vetos da eólicas

RENAN MONTEIRO/AE

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, confirmou ontem a elaboração de uma Medida Provisória (MP) única prevendo um teto para o crescimento dos custos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) bem como a tentativa de buscar trechos aprovados pelo Congresso que oneram na conta de luz na lei das eólicas offshore.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, já informou que o governo estaria se preparando para publicar a MP nesta semana. O Congresso promulgou a derrubada dos vetos relativos a Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), contra-

tação de termelétrica movida a hidrogênio de etanol e a hidrogênio proveniente de eólicas.

A ideia do governo é atenuar os custos previstos nos vetos que já foram derrubados, mas há outros trechos que também podem ser retomados pelo Congresso após o veto do presidente Lula.

Sobre um limite para a CDE, o ministro sugeriu um teto em porcentual e não em valor absoluto, mas ele não entrou em detalhes. Ele disse que o tema está sendo "estudado" com os melhores técnicos. Hoje, a CDE representa cerca de 15% da tarifa de energia. Uma trava por porcentual poderia limitar o crescimento em relação a tarifa média do consumidor.

ENERGIA

ONS defende volta do horário de verão para suprir demanda

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O sistema elétrico brasileiro deve apresentar problemas para o suprimento da demanda de potência de energia elétrica nos horários de pico, especialmente no fim do dia, nos próximos cinco anos, caso não realize leilões de potência de energia.

A conclusão é do Plano da Operação Energética (PEN 2025), lançado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na terça-feira passada. O documento traz as avaliações das condições de atendimento ao mercado previsto de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) para o período de 2025 a 2029.

Segundo o ONS, haverá necessidade de despacho de usinas térmicas flexíveis para atender a demanda no horário de pico, com a adoção de medidas alternativas. Entre elas, a possibilidade de retorno do horário de verão, suspenso no governo do ex-presidente Bolsonaro.

A adoção do horário de verão poderá ser recomendada, mas dependerá das projeções de atendimento dos próximos meses.

O documento aponta que a geração de energia no país cresceu, puxada principalmente pelas fontes de energia intermitentes, como a eólica, solar e a MMGD (mini e microgeração distribuída solar), essas últimas duas praticamente não produzem menos energia no horário noturno, quando há maior necessidade de potência.

FUTURO

Para os próximos anos, é estimado um acréscimo de 36 Giga

Watts (GW) de capacidade instalada, em relação ao gerado em dezembro de 2024, totalizando 268 GW até 2029.

A MMGD, em conjunto com fonte solar, corresponderá a 32,9% da matriz elétrica em 2029, fazendo com que a fonte solar seja a segunda maior em termos de capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Para o operador, a mudança no perfil da matriz elétrica, com a crescente participação das fontes renováveis no atendimento ao SIN, trouxe novos desafios para a operação e tem exigido maior flexibilidade na operação, especialmente das usinas das hidrelétricas, que são mais controláveis, além do despacho das termelétricas.

A avaliação do ONS é que, diante do cenário atual, haverá necessidade de preparar o sistema para elevados montantes de despacho termelétrico no segundo semestre para o atendimento de potência sob o ponto de vista conjuntural, principalmente a partir de outubro deste ano. "Observa-se, em todo o horizonte, necessidade de elevado despacho térmico adicional ao previsto para atendimento energético, sendo que grande parte dos cenários já indica a necessidade de utilização da reserva de potência ao longo do segundo semestre de 2025", diz o documento.

GERAÇÃO TÉRMICA

Apesar de apontar a necessidade de despacho das térmicas, o ONS não recomenda a inclusão de geração térmica com alto nível de inflexibilidade ou com longo tempo de acionamento nos próximos cinco anos.

"Ao contrário, o SIN tem de-

mandado cada vez mais requisitos de flexibilidade e, desta forma, o ONS precisa ter à disposição elementos de despachabilidade adequados às rápidas variações de potência requeridas para o atendimento à variação da demanda e das fontes intermitentes ao longo do dia", diz o ONS.

LEILÃO

Um leilão para a contratação de potência elétrica - Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência - estava previsto para agosto do ano passado. Mas o certame foi judicializado, levando a inúmeros adiamentos da definição das regras do leilão.

A previsão era de que o leilão ocorresse em junho, mas em abril, o Ministério de Minas e Energia editou uma portaria revogando as regras para o certame, o que, na prática, acabou cancelando a disputa que seria destinada à contratação de potência elétrica a partir de empreendimentos de geração, novos e existentes provenientes de usinas hidrelétricas e termelétricas a gás natural e a biocombustíveis.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) disse que, caso seja publicada uma nova portaria, um novo leilão será coordenado pela Aneel e realizado na plataforma online da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

"Assim, todo o aprendizado e os documentos redigidos no processo, como a consulta pública realizada pela Agência, poderão ser utilizados como base, na medida do que for adequado e pertinente, em eventual nova instrução", informou a agência reguladora.

PRÓXIMOS ANOS

Para o horizonte estrutural (2026/2029), documento aponta o risco explícito de insuficiência da oferta de potência (LOLP), com a violação do nível de confiança da insuficiência da oferta de potência de agosto de 2026 a dezembro de 2026, de agosto de 2027 a abril de 2028 e de julho de 2028 a dezembro de 2029. Ou seja, a LOLP é violada em todos os anos da avaliação.

"No sentido de busca do equilíbrio estrutural em termos de atendimento aos requisitos de potência, é premente a realização de leilões anuais de reserva de capacidade na forma de potência, uma vez que os estudos do PEN 2024 já indicaram violação dos critérios de garantia de suprimento de potência em 2025, e os resultados do PEN 2025 mostram aprofundamento das violações com o decorrer dos anos avaliados" diz o documento.

CARGAS ESPECIAIS

Outro ponto que merece atenção é a inserção de cargas especiais no sistema, tais como plantas de *datacenters* e hidrogênio verde, que demandam alto suprimento de energia e possuem baixa flexibilidade operativa, "com impacto tanto nos critérios de garantia de suprimento de energia quanto de potência, como mostrado nos cenários de sensibilidade".

"Atenção especial deve ser dada na viabilização do atendimento destas cargas no período de ponta noturno, momento no qual o sistema já apresenta uma maior dificuldade no atendimento aos requisitos de carga", finaliza o documento.

RECURSOS

Agricultura familiar terá crédito de R\$ 1 bilhão no Norte e Centro-Oeste

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional anunciou, ontem, a disponibilização de R\$ 1 bilhão em recursos públicos para operações de microcrédito rural nas regiões Norte e Centro-Oeste. O total de recursos disponíveis será de até R\$ 500 milhões para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e de até R\$ R\$ 500 milhões para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

"Hoje estamos anunciando R\$ 1 bilhão, a princípio. É possível disponibilizar mais R\$ 1 bilhão", disse o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, durante entrevista coletiva para anunciar os valores, na sede do ministério em Brasília.

Segundo o ministro, a retomada dos programas de microcrédito no governo federal tem se mostrado exitosa. Os projetos aprovados na região amazônica, no ano passado, acessaram todo o crédito disponibilizado, afirmou Góes.

"Estamos com uma expectativa gigante de microcrédito, nesse caso muito específico do Pronaf B (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de microcrédito), no cumpri-

mento de sua missão de diminuir desigualdade, promover desenvolvimento inclusivo, geração de oportunidades de renda e geração de alimentos", completou.

De acordo com a pasta, um edital disciplinará o credenciamento de instituições financeiras que atuarão na concessão de crédito para agricultores familiares de regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica no Norte e no Centro-Oeste.

A iniciativa integra o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tendo como foco a promoção da geração de trabalho e renda, por meio da oferta de linhas de financiamento específicas para agricultores familiares, com acompanhamento técnico e orientação ao crédito.

Presente à cerimônia de lançamento do edital, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, destacou que a iniciativa responde a uma determinação do governo federal de diminuir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável.

"O presidente Lula, falou o seguinte na campanha dele: precisamos colocar os pobres no orçamento e os ricos no Im-

"Hoje estamos anunciando R\$ 1 bilhão, a princípio. É possível disponibilizar mais R\$ 1 bilhão"

WALDEZ GÓES ministro da Integração e Desenvolvimento Regional

posto de Renda. Tem que ter justiça tributária e você tem que dar oportunidades iguais para todos e o crédito é fundamental para isso", disse Teixeira.

O ministro destacou que a destinação dos recursos de microcrédito é importante para o desenvolvimento das duas regiões. A taxa de juros praticada no caso do Pronaf B é de 0,5%, com prazo de carência de 12 meses. O crédito oferecido é de até R\$ 15 mil para mulheres, R\$ 12 mil, para homens e R\$ 8 mil para os filhos.

"Esse financiamento vai na veia para a produção de alimentos em circuitos curtos. A pessoa vai vender na feira da cidade ou

vender no programa de alimentação escolar ou no programa de aquisição de alimentos. Então é um programa muito virtuoso", afirmou.

Já o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, apontou o potencial de crescimento que os programas de microcrédito proporcionam, por chegarem ao pequeno produtor e criticou a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 15% ao ano.

"São programas complementares a este do microcrédito que levam as oportunidades. Então, isso é importante, ainda mais em um momento em que eu acho que a Selic está desproporcional. Se o Banco Central tem autonomia, então também tenho autonomia para criticar", ressaltou Fávaro.

"Não faz sentido o Brasil, com uma economia estável, com a inflação controlável, estável, com o PIB (Produto Interno Bruto) crescendo na ordem de 3% ao ano, com o gasto público controlado, não faz sentido uma Selic indutora do freio da economia brasileira", criticou o ministro.

"Então, um programa como esse do microcrédito incentiva a economia brasileira, e o resultado disso é a supersafra brasileira, que passa da ordem de 1 bilhão e 100 milhões de toneladas", acrescentou.



Ação Política

Trump anuncia tarifa de 50% para produtos do Brasil

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, informou, ontem, que a tarifa sobre produtos importados do Brasil será de 50%, com início a partir de 1º de agosto.

O republicano argumentou que o nível da taxa se dá por or-

dens judiciais que "censuram" mídias sociais americanas e inibem a liberdade de expressão de cidadãos dos EUA. Segundo Trump, esses ataques do Brasil partem do Supremo Tribunal Federal (STF).

No documento publicado na Truth Social, o presidente pontua a cláusula de retaliação e ameaça elevar ainda mais as ta-

rifas caso o países responda com medidas semelhantes. "Se por qualquer razão vocês decidirem aumentar suas tarifas, o valor que escolherem será somado ao valor que cobramos", diz o texto.

CHINA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse

que mais cartas sobre tarifas serão enviadas a parceiros comerciais.

O presidente repetiu que tem uma boa relação com o presidente da China, Xi Jinping, e que o país está pagando muitas tarifas para os EUA. Os comentários foram feitos em coletiva concedida durante almoço com líderes africanos na Casa Branca.

Fim da Dolarização

Dilma: Banco do Brics terá 30% da carteira em moedas locais em 2026

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

A presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Dilma Rousseff, voltou a defender, ontem, o uso de moedas locais em financiamentos realizados nos países do Brics, como uma forma mais vantajosa de promover o desenvolvimento sustentável desses países.

“Nós sabemos que os países em desenvolvimento e as economias emergentes têm uma deficiência de acesso ao financiamento. Plataformas como o NDB e os bancos nacionais de desenvolvimento, eles suprem isto em parte, mas é necessária uma discussão muito séria no mundo a respeito de como resolver o problema do financiamento”, disse.

“Uma das soluções mais promissoras envolve a ampliação do uso de moedas locais nos financiamentos realizados por bancos multilaterais, porque você obte-

rá uma taxa de juros menor”, defendeu Dilma, em participação do seminário *A Transição Energética e a Sustentabilidade do Futuro*, na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, ontem.

Na fala, que encerrou o evento, ela explicou o papel do NDB, também conhecido como Banco do Brics, criado para mobilizar recursos e financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento. O uso de moedas locais em vez do dólar ou do euro em empréstimos, de acordo com ela, traz maior segurança e menos oscilação dos preços, ajudando os países a pagarem com maior facilidade as dívidas.

“O que acontece muitas vezes é que o acesso à moeda internacional é considerado não adequado para financiamento de longo prazo, porque durante 30 anos, por exemplo, para uma hidroelétrica, ou 20 anos para o

financiamento de outras fontes de energia, você terá o risco crescente de ter situações que você não controla”, explicou.

Segundo Dilma, cerca de 25% da carteira do banco atualmente está denominada em moedas locais. A meta é alcançar 30%, em 2026, o que posiciona o banco na vanguarda entre as instituições multilaterais de desenvolvimento que usam esse tipo de operação.

“Financiamentos denominados em moedas locais, eles ajudam a mitigar riscos cambiais relacionados a moedas avançadas, porque você não controla a política monetária que esses países adotam e, portanto, quando a sua moeda se desvaloriza e a taxa de juros sobe, o setor privado, por exemplo, não tem condições de suportar a pressão no seu balanço financeiro”, disse.

A adoção de medidas como esta, que favorecem os países

membros do Brics, geraram reação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que ameaçou taxar os países que adotarem às políticas que considerou antiamericanas.

Banco do Brics

Os fundadores do Brics são os maiores depositantes de recursos do banco de fomento, mas fazer parte do Brics não garante acesso ao NDB. O banco, atualmente conta com 11 membros, junto com Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Emirados Árabes, Bangladesh, Egito, Argélia, Uzbequistão e Colômbia.

Desde 2014, foram aprovados 122 projetos de investimento, totalizando em torno de US\$ 40 bilhões. Somente para o Brasil, foram aprovados 29 projetos, totalizando US\$ 7 bilhões. O desembolso total para o país foi de US\$ 4 bilhões, o que representa 18% do total de desembolso do banco.

Sul Global

Mercadante destaca papel do BNDES para pesquisa e inovação

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, elogiou a atuação do Brics, destacando a importância dos bancos de desenvolvimento, como o banco brasileiro, para a promoção da pesquisa e inovação, principalmente dos países do Sul Global. Reunião de cúpula do bloco ocorreu nos dias 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro.

“(Os países do Brics) estão puxando essa agenda de articulação do Sul Global para que a gente traga a reconstrução das ações multilaterais, do novo marco regulatório nas relações financeiras, do fortalecimento das ações multilaterais que estão sendo erodidas”, afirmou.

Mercadante também destacou a importância das relações do Brasil com a China, um dos países do Brics.

"Se tem gente no planeta que se incomoda com o êxito da experiência do crescimento da China, não é o Brasil", disse.

O presidente do BNDES participou, ontem, do seminário *A Transição Energética e a Sustentabilidade do Futuro*, na sede do banco.

O mundo, segundo Mercadante, está vivendo “uma crise global de grandes proporções”, o que pede novas soluções. Ele defendeu a necessidade de se repensar a relação entre o Estado e o mercado.

“Nós não temos modelos a copiar, nós temos nosso próprio caminho, somos uma nação grande demais e com muita história, mas nós temos que repensar a relação entre Estado e mercado e ajudar a construir um caminho que supere essa erosão das instituições

multilaterais e do direito internacional”, defendeu.

“O Sul Global precisa ter uma presença, ser sujeito histórico construtivo na reconstrução de um novo pacto entre as nações, para restabelecer as relações multilaterais, o respeito mútuo, e evitar uma visão de um mundo monopolar autoritário, que nunca contribuiu para a história da humanidade”.

Mercadante defendeu ainda, no discurso, o papel do Estado, principalmente para impulsionar a inovação.

"Não há inovação sem Estado. Nós queremos parceria com o Estado, nós queremos parceria com o setor privado, com o mercado de capitais, mas o mercado não resolve algumas questões. Inovação é risco. Se não tiver o Estado para correr risco, você inibe o processo de inovação”, avaliou.

CHINA

O embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, que também participou do evento no BNDES, ressaltou a importância mundial do bloco e criticou medidas que chamou de unilaterais e protecionistas, como as adotadas pelos Estados Unidos.

“Desafios globais, como crises climáticas e transições energéticas, surgem sem cessar. Alguns países, ao adotarem medidas unilaterais e protecionistas e abandonarem mecanismos multilaterais, como o Acordo de Paris, minam a ordem e as regras internacionais e intensificam instabilidades e incertezas”, disse.

“O Brics, como vanguarda do Sul Global, posiciona-se do lado correto da História. Defendem a paz, o desenvolvimento, benefícios mútuos e rejeitam hegemonismos. Nossa atuação conjunta

garante proteção dos direitos legítimos dos países em desenvolvimento, demonstrando sabedoria e força coletiva”, defendeu o embaixador chinês.

Pesquisa e Inovação

Aloizio Mercadante informou que o edital do BNDES, em conjunto com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), para selecionar propostas para atração, implantação ou expansão de centros de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PD&I) no Brasil recebeu 618 propostas, que somam R\$ 57,4 bilhões em investimentos, sendo R\$ 51,9 bilhões pleiteados junto às duas instituições financeiras.

O orçamento originalmente anunciado para o edital é de R\$ 3 bilhões. No entanto, de acordo com o BNDES, as propostas serão analisadas e as instituições buscarão apoiar todos os bons projetos.

O edital prevê o uso de diferentes instrumentos financeiros, incluindo crédito, participação acionária, recursos não reembolsáveis para projetos cooperativos entre empresas e instituições tecnológicas e subvenção econômica, operados pelo BNDES ou pela Finep.

As propostas são tanto de empresas nacionais quanto de multinacionais com sede em diversos países, como Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Holanda, Singapura, Suíça, Estados Unidos, Itália e Luxemburgo.

Do total de propostas, 368 (59,5%) têm como foco exclusivo a implantação de novos centros de pesquisa, que representam investimentos de R\$ 37,8 bilhões, o equivalente a 65,9% do valor apresentado, dos quais R\$ 34,7 bilhões seriam financiados por BNDES e Finep. Apenas para as

regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, foram apresentadas 201 (32,5%) propostas com investimentos previstos de R\$ 16,1 bilhões.

Juntas, as propostas apresentadas indicam a contratação de 4.501 mestres e 2.754 doutores e mais de 28 mil funcionários para compor as equipes. O que significa que cada proposta prevê, em média, 11,7 pesquisadores qualificados e 46 novos profissionais.

“A universidade não pode ser só um centro de produção de teses acadêmicas. Precisa olhar a produção, precisa olhar a inovação, precisa criar mecanismos de atrair os profissionais e os pesquisadores para encontrar as soluções, e soluções rápidas”, defendeu Mercadante.

“É isso que muda o salto de qualidade em relação à nossa pauta de exportações e de desenvolvimento”, afirmou.

Centros de PD&I são instalações que compreendem laboratórios, plantas piloto, plantas de demonstração e outras instalações de uso exclusivo para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação. As atividades desenvolvidas vão desde pesquisa básica e aplicada até o desenvolvimento de produtos, testes, validação, além de colaboração com universidades e instituições científicas.

De acordo com o BNDES, no cenário internacional, os incentivos governamentais são fundamentais para atrair centros de PD&I de empresas multinacionais. Países como China e Índia oferecem incentivos diretos voltados a setores estratégicos, como eletrônica e farmacêutica. Já Japão, Holanda e Reino Unido oferecem benefícios fiscais.

Comércio e Indústria

Alckmin elogia portal da regulação lançado pelo MDIC

FLÁVIA SAID/AE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse ontem, que o Brasil tem uma "cultura cartorial, que inferniza a vida das pessoas". Alckmin celebrou o lançamento, pelo MDIC, do Portal da Regulação, website destinado a qualificar, modernizar e dar maior transparência ao ambiente regulatório brasileiro.

"Com Portal da Regulação vai ter em um local só todas as informações de um setor", explicou.

Alckmin defendeu que o Brasil precisa criar uma cultura de cortar gastos e buscar eficiência para reduzir os custos. Segundo ele, este é o País "do privilégio e do desperdício".

"Precisa de mudança cultural", defendeu ele.

A cerimônia de lançamento do Portal da Regulação contou também com a presença do presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelletti, e de autoridades de órgãos reguladores.

O portal é fruto de uma parceria estratégica entre MDIC e ABDI que busca oferecer a reguladores, regulados e cidadãos interessados as principais informações sobre política regulatória, boas práticas, ferramentas de apoio e conteúdo de capacitação em um único ambiente digital, de modo a promover a melhoria contínua da regulação, fortalecimento da segurança jurídica e ampliação da previsibilidade regulatória no país.

Senado

Projeto que exclui do limite fiscal gasto com terceirizado volta à CAE

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 141/2024, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para retirar os gastos com terceirizados dos limites de despesas com pessoal previstos nesta legislação, será reenviado para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O texto deveria ser votado nesta quarta-feira no plenário da Casa, mas um requerimento do relator, Efraim Filho (União-PB), pediu o retorno da matéria para reexame.

"Hoje, se avançássemos na discussão, meu parecer seria pela rejeição do projeto, seria pelo arquivamento do projeto. Nesse sentido, coloco como alternativa um requerimento regimental para reexame da CAE. Lá seria possível fazer a revisão do projeto", disse Efraim Filho.

A proposta, que já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados, define os casos em que os valores de parce-

rias ou de contratações firmadas pelo poder público não são considerados no cômputo dos limites de despesa com pessoal.

Pelo projeto, as despesas com pessoal caracterizadas como repasses para entidades sem fins lucrativos ou pagamentos de serviços prestados por empresas, organizações sociais, cooperativas ou consórcios públicos não estarão submetidos aos limites estabelecidos pela LRF.

Esses limites são de 60% da receita corrente líquida, nos casos de estados e municípios, ou de 50%, no caso da União.

Na prática, o projeto diz que os contratos de terceirização de mão de obra para prestação de serviços especializados, que não representarem aluguel de mão de obra, não serão considerados para esses limites.

"Excepcionalizar a despesa com pessoal, principalmente no texto que veio da Câmara, [que] é amplo, largo, abre uma avenida para dar um dribble no texto da LRF. Então é muito complicado", afirmou o senador.

SOUTH AMERICAN COPACABANA HOTEL LTDA
CNPJ: 30.148.233/0001-05

CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os sócios cotistas, nos termos do Art. 1071 – I e II – do CCB, a comparecerem à Assembleia de Sócios na sede da empresa na Rua Francisco Sá 90 – Rio de Janeiro – RJ, no dia 17/07/2025, às 15:00 h, em 1ª convocação e às 15:30 h em 2ª e última convocação, para deliberarem sobre Alteração Contratual para Cessão de Cotas.

PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A. EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ: 00.185.475/0001-08 - NIRE: 33.3.0015999-1

COMPANHIA ABERTA
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Realizada no dia 09 de julho de 2025

1. Data, Horário e Local: Aos 09 (nove) dias do mês de julho de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia por estar presente o único acionista, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme atestam as assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente da Assembleia: Norberto Aguiar Tomaz Secretário da Assembleia: Caio Cesar Dutra de Figueiredo **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (I) a redução do capital social da Companhia, para absorção de prejuízos acumulados e por julgá-lo excessivo com relação ao objetivo atual da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; e (II) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir a redução do capital social. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade e sem ressalvas, no âmbito das matérias constantes da Ordem do Dia: (I) Aprovação da redução do capital social da Companhia em R\$ 20.440.470,76 (vinte milhões, quatrocentos e quarenta mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e seis centavos), passando o mesmo de R\$ 21.969.419,75 (vinte e um milhões, novecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 1.528.948,99 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos), sem o cancelamento de ações. A redução de capital ora aprovada será realizada mediante a absorção dos prejuízos acumulados da Companhia, na quantia de R\$ 3.440.470,76 (três milhões, quatrocentos e quarenta mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e seis centavos), e da restituição do valor de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais) ao único acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, por julgá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia. (II) Em consequência da redução de capital do capital social ora aprovada, sendo respeitado o prazo para oposição de credores previsto no artigo 174 da Lei nº 6.404/76, restará alterado o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir a redução do capital social. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes: Norberto Aguiar Tomaz - Presidente da Assembleia; Caio Cesar Dutra de Figueiredo - Secretário da Assembleia; Acionista Presente: Opportunity LOG II Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior.
Rio de Janeiro, 09 de julho de 2025.

Barra Funda

Polícia identifica adolescentes envolvidos na morte de publicitário

GONÇALO JUNIOR/AE

Três adolescentes foram identificados pela Polícia de São Paulo como suspeitos de envolvimento na morte de Adriano Ramos Pedreira, publicitário de 37 anos que foi agredido em uma passarela na Barra Funda, na zona oeste da cidade, em junho.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, a polícia solicitou "a internação provisória ao Juízo da Infância e Juventude e aguarda manifestação".

O órgão não revelou as circunstâncias de identificação dos adolescentes e informou apenas que as investigações continuam pela 1ª Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências Diversas (Cerro).

O publicitário morreu no domingo, 29, praticamente três semanas após ser agredido durante um assalto na Barra Funda.

Por volta de 0h30 do dia 8, segunda-feira, Pedreira atravessou a passarela que liga as ruas Sousa Lima e Luigi Greco,

sobre os trilhos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), nas imediações da Estação Barra Funda da CPTM.

Durante o trajeto, ele foi abordado por um grupo de assaltantes, que roubaram o celular de Pedreira e o agrediram.

As ruas Luigi Greco e Souza Lima, na Barra Funda, onde o publicitário foi agredido e assaltado, registraram alta na incidência de crimes em maio deste ano no comparativo com o mesmo período de 2024, segundo dados do Radar da Criminalidade, plataforma exclusiva do Estadão.

O publicitário chegou em casa nervoso e com dores pelo corpo, tomou remédio e foi dormir. Como demorava a acordar, a família foi verificar e constatou que ele não dava sinais de vida.

Os familiares chamaram uma ambulância, que levou o rapaz para a Santa Casa, no centro da capital. Os médicos constataram o estado de coma, situação que perdurou até sua morte.

Gestão Tarcísio

PMs espacam casal na porta de casa no interior

ÍTALO LO RE/AE

Um casal foi espancado por dois agentes da Polícia Militar em atendimento a uma ocorrência no fim de junho em Valinhos, interior de São Paulo. Luiz Henrique Jacopini, de 27 anos, e Samara Aparecida Siqueira, de 23, foram agredidos na porta de casa.

Os agentes foram até o local após terem sido acionados pela avó de Samara em razão de um possível desentendimento familiar, aponta o boletim de ocorrência do caso. Imagens de câmeras de segurança contradizem versão relatada pelos PMs de que eles fizeram "uso moderado da força" e que a mulher teria sido "atingida acidentalmente".

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) afirmou que a PM instaurou Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar os fatos e determinou afastamento dos agentes das atividades operacionais.

Disse ainda que a Delegacia de Valinhos instaurou inquérito

policial para investigar possível prática de violência doméstica "O casal envolvido já foi ouvido nos autos. As investigações seguem em andamento para o completo esclarecimento dos fatos", afirma a secretaria.

A residência onde o casal mora fica localizada na Avenida Hélio Pires Camargo, no bairro Vale Verde. O episódio em questão ocorreu por volta das 11h30 do último dia 21, um sábado.

O boletim de ocorrência aponta que os dois policiais envolvidos na ocorrência disseram ter feito uso da força porque "Luiz investiu contra a equipe policial" durante a abordagem, o que é negado pelo casal e não é retratado pelas imagens gravadas pelas câmeras de segurança.

Por elas, é possível ver que o homem fica sentado após a chegada da viatura da PM, enquanto toca um som alto ao fundo. A mulher, enquanto isso, recolhe roupas do varal posicionado na varanda.

Os policiais, então, se aproximam e um deles desferiu um ta-

pa no rosto de Luiz, que caiu da cadeira. Uma série de agressões ocorre na sequência. "Estão doídos", grita Samara, enquanto o marido é agredido já no chão.

No boletim de ocorrência, os policiais alegam ter sido necessário usar bastão tonfa para imobilização do homem. Dizem ainda que Samara, "na tentativa de defender seu esposo", entrou "no meio da confusão" e foi atingida "acidentalmente" por um golpe, o que contradiz as imagens.

Segundo os agentes, o casal foi conduzido para uma unidade de pronto-atendimento da cidade, mas recusou atendimento. Luiz queria que o próprio delegado visse seu "estado", afirmou em depoimento posterior.

Ao *Estadão*, Matheus Nascimento, advogado do casal, afirmou que deve entrar com uma ação na esfera cível para buscar reparação após o ocorrido. Exame de corpo de delito datado do último dia 23, dois dias após a abordagem, aponta que Samara tinha ainda dois hematomas de

20 cm cada na região dorsal, além de um "arroxeador" no antebraço.

O casal procurou a Corregedoria da Polícia Militar para denunciar o episódio. Segundo relatou a mulher em depoimento, sua avó acionou a PM no dia das agressões após um desentendimento familiar com o casal.

Após chegarem na casa, "os policiais mandaram ele (Luiz) desligar o som e apagar o tabaco, sendo perguntado por seu marido o porquê de ter que fazer isso, pois estava em sua casa e não estava fazendo nada de errado", disse Samara em depoimento. As agressões teriam começado logo depois disso.

Em depoimento, Luiz afirmou que "seu filho estava próximo do local e viu todos os fatos". Segundo ele, as agressões dos PMs teriam continuado mesmo depois, quando ele já estava algemado e imobilizado dentro da viatura da PM. À Corregedoria, ele e a esposa afirmaram terem se mudado de cidade depois do episódio com receio de retaliações.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES, DA 103ª (CENTÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 103ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do "Termo de Securitização da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 103ª (centésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais devedidas pela Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a re-unirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 28 de julho de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, alínea "a" do "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Em Duas Séries, Com Garantia Real e Fidejussória, De Distribuição Privada, Da Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda" ("Nota Comercial"), em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de envio pela Devedora, a Securitizadora, das respectivas demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, cujo prazo findou em 30 de abril de 2025. Fica consignado, ainda, que o cálculo do Índice Financeiro (conforme definido na Cláusula 8.1.2 alínea "r" da Nota Comercial), apurado pela Devedora, somente será verificado e validado pela Securitizadora após o recebimento e análise das referidas demonstrações financeiras auditadas; II. Caso aprovado o item (i) acima, conceder prazo adicional de 30 dias, contados a partir da realização dessa Assembleia, para que a Devedora apresente as obrigações acima referidas; III. Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Automático, conforme Cláusula 8.1.1, alínea "g" da Nota Comercial, em razão do desengajamento do Fundo de Despesa, abaixo do valor mínimo de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), sendo necessário um aporte neste mesmo valor na Conta Centralizadora, nos termos Cláusula 9.1.2 do Termo de Securitização; IV. Caso aprovado o item (ii) acima, conceder prazo adicional de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da realização da Assembleia para que haja a recomposição do Fundo de despesas; e V. A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA Prime Agro (103)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (e) quando representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos. NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 08 de julho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA 89ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Agronegócio, em 2 (duas) Séries da 89ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 16 ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a re-unirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 29 de julho de 2025, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: ORDENS DO DIA: (a) Deliberar sobre a aceitação, pelos Titulares dos CRA, da dação em pagamento da garantia atualmente constituída, qual seja, a Fazenda Tapuí, localizada no Município de Brasíliaândia, Estado de Tocantins, devidamente descrita e caracterizada na matrícula nº 1197, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Brasíliaândia do Tocantins, nos termos e condições dispostos na escritura pública de dação em pagamento ("Instrumento de Dação"), que seguirá anexo à ata da presente assembleia, com a consequente baixa proporcional na obrigação da Devedora; (b) Caso aprovado o item (a) acima e, somente na hipótese de a consolidação da propriedade da Fazenda Tapuí ocorrer em nome da Securitizadora, deliberar sobre a aprovação do aumento da taxa de gestão atualmente praticada, que passará a vigorar a partir de agosto de 2025 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais líquidos de impostos, em razão das atividades adicionais a serem desempenhadas pela Securitizadora no contexto da posse e administração do referido ativo; (c) Caso aprovados os itens (a) e (b) acima, deliberar sobre a aprovação de aporte, pelos Titulares dos CRA, no montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em até 5 (cinco) Dias Úteis da aprovação do pleito, destinado à quitação de despesas já vencidas, bem como à constituição de reserva para cobertura de despesas futuras relacionadas à Emissão. Referido valor será considerado despesa da operação e terá prioridade no recebimento de recursos no momento da recuperação do crédito, conforme Ordem de Pagamentos disposta na Cláusula 7.1 do Termo de Securitização. Eventual saldo remanescente, após a integral recuperação dos valores, será restituído aos respectivos Titulares dos CRA na proporção de sua participação no aporte; (d) Aprovar a liberação, pela Securitizadora, do aval prestado pelo Sr. Carlos Cardoso de Oliveira Filho, inscrito no CPF sob o nº 006.578.571 14, no âmbito da Emissão, condicionada à efetiva conclusão da dação em pagamento da Fazenda Tapuí, a qual será considerada concluída com a assinatura do respectivo Instrumento de Dação e o seu registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Brasíliaândia do Tocantins. Cumpridas tais condições, a Securitizadora deverá proceder com a liberação do referido aval em até 02 (dois) Dias Úteis; e (e) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA, Série Única, da 89ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos por João Batista Consentin Filho, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 09 de julho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

Aconteceu em São Paulo na manhã de ontem, 9 de julho, Dia da Revolução Constitucionalista de 1932, o tradicional desfile cívico-militar no Obelisco do Ibirapuera, na zona sul, em homenagem aos 93 anos do momento histórico.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republica-

nos), e o prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), participaram do evento ao lado do secretário de Segurança Pública do Estado, Guilherme Derrite, entre outras autoridades. Os políticos, no entanto, não discursaram. A cerimônia foi conduzida pela polícia militar.

Houve hasteamento da ban-

deira do Brasil e desfile de carros, de oficiais de forças de segurança e da cavalaria. Além de cerimônia com salva de tiros e flores e homenagem aos participantes da revolução e a servidores de segurança do Estado e do País.

A Medalha Constitucionalista, criada pela Sociedade Veteranos de 1932 para reconhecer

quem serve ao Estado de São Paulo e ao País, foi entregue a 34 pessoas escolhidas para serem homenageadas este ano.

Além disso, urnas com restos mortais de seis combatentes na revolução sepultados em outros estados brasileiros foram incluídos no mausoléu do monumento do Obelisco.

Empresas

SP lança Programa Trampolim para impulsionar empregabilidade

O Governo do Estado de São Paulo lançou na terça-feira passada, no Palácio dos Bandeirantes, o Trampolim, uma iniciativa digital que promete transformar a relação entre empresas e profissionais no mercado de trabalho. Trata-se de uma plataforma gratuita que reúne, em um só lugar, vagas de emprego, cursos de qualificação, ferramentas de orientação de carreira e apoio para quem busca recolocar ou crescer profissionalmente. Já as empresas participantes poderão definir os perfis desejados, divulgar vagas gratuitamente e colaborar na criação de

trilhas formativas personalizadas, garantindo uma conexão mais eficaz com candidatos qualificados.

"Esta é uma plataforma para unir pessoas e oportunidades. O empreendedor vai poder registrar quais são suas principais demandas por formação pessoal e profissional e, desta forma, conseguiremos entender cada vez melhor onde estão as oportunidades, algo que é um componente importante do nosso programa", afirmou o governador. "Vamos proteger as pessoas, desenvolver os talentos e, por fim, garantir a inclusão produtiva. O Trampolim surge para con-

cretizar o sonho da emancipação por meio do trabalho", completou Tarcísio. A iniciativa faz parte da política pública de inclusão produtiva e empregabilidade e surge para enfrentar um problema urgente do mercado: a dificuldade das empresas em encontrar profissionais qualificados e, ao mesmo tempo, o alto número de pessoas em busca de emprego. Segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 67% das empresas relatam dificuldade ou muita dificuldade para preencher vagas com candidatos capacitados. Do outro lado, o estado de

São Paulo contabiliza 1,665 milhão de desocupados na força de trabalho, de acordo com dados da Fundação Seade e da PNAD Contínua (IBGE), com uma taxa de desemprego de 6,2% no 1º trimestre.

O Programa Trampolim, conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), surge como uma solução digital, que fortalece o ecossistema de empregabilidade e atende às demandas de mercado, fazendo a conexão com os demais programas do Governo, como o Qualifica SP, o SuperAção SP e o Caminhos da Capacitação.

LEI DE RECIPROCIDADE

Lula: Brasil irá responder a tarifaço dos EUA com legislação

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o tarifaço de 50% a todos os produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos será respondido com a Lei de Reciprocidade Econômica. Em nota à imprensa, o governo brasileiro defendeu a soberania do país e disse que é falsa a alegação do presidente norte americano Donald Trump de que a taxa-ção seria aplicada em razão de déficit na balança comercial com o Brasil.

A lei brasileira sancionada em abril estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade in-

ternacional brasileira.

“Neste sentido, qualquer medida de elevação de tarifas de forma unilateral será respondida à luz da Lei brasileira de Reciprocidade Econômica. A soberania, o respeito e a defesa intransigente dos interesses do povo brasileiro são os valores que orientam a nossa relação com o mundo”, afirmou o presidente em rede social, ao replicar a nota.

A lei autoriza o Poder Executivo, em coordenação com o setor privado, “a adotar contramedidas na forma de restrição às importações de bens e serviços ou medidas de suspensão de concessões comerciais, de investimento e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual e medidas de suspensão de outras obrigações previstas em qualquer acordo comercial do país”.

O governo defende que é falsa a informação sobre o alegado

déficit norte-americano. “As estatísticas do próprio governo dos Estados Unidos comprovam um superávit desse país no comércio de bens e serviços com o Brasil da ordem de 410 bilhões de dólares ao longo dos últimos 15 anos”.

A nota afirma ainda que o Brasil é um país soberano “com instituições independentes que não aceitará ser tutelado por ninguém”.

No documento encaminhado por Trump ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente estadunidense cita o ex-presidente Jair Bolsonaro, que é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado, para justificar o ataque ao país. Ele também citou ordens do STF emitidas contra apoiadores do ex-presidente brasileiro que mantêm residência nos Estados Unidos.

“O processo judicial contra aqueles que planejaram o golpe

Líder do PT na Câmara critica taxaço de 50% anunciada por Donald Trump

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (PT-RJ) (**foto**), repudiou a taxa-ção de 50% sobre todas as exportações brasileiras aos Estados Unidos, anunciada ontem pelo presidente estadunidense, Donald Trump. Farias apontou que a medida representa um ataque, não só a economia, mas às instituições e a soberania do país,

“A gente está trazendo o nosso repúdio, a nossa indignação com o Trump e com essa extrema direita. Vamos estar em diálogo com o Itamaraty, com o governo e, com certeza, vai ter uma posição do governo brasileiro e vai ter uma posição nossa no campo legislativo”, apontou.

No documento encaminhado por Trump ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o americano cita o ex-presidente Jair Bolsonaro, que é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado, para justificar o ataque ao país. Ele também citou ordens do STF emitidas contra apoiadores do ex-presidente brasileiro que mantêm residência nos Estados Unidos.

“Temos um ataque econômico, mas temos um ataque às instituições, à democracia, ao Supremo Tribunal Federal. Por isso, temos certeza que o governo vai tomar uma medida contra esse posicionamento. É mais do que economia, é a defesa das instituições, da soberania nacio-

nal”, acrescentou o líder do PT na Câmara.

Deputados de esquerda e do campo progressista também criticaram a medida anunciada por Trump. A deputada Duda Salabert (PDT-MG) criticou os deputados e políticos de direita que têm se posicionado favoráveis à política adotada pelos Estados Unidos.

“Agora é o momento para saber quem é patriota e quem não é. É o momento de saber quem é lambe-botas dos Estados Unidos ou quem defende o povo brasileiro”, afirmou Duda Salabert.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) defendeu uma resposta do governo brasileiro e citou a possibilidade de adoção de medidas de reciprocidade, como a imposição de tarifas iguais.

“O governo tem autonomia para utilizar medidas de reciprocidade para responder”, disse. “O governo é ativo e vai responder. Também não acredito quer o Supremo Tribunal Federal vai recuar”, disse Jandira.

A deputada do PCdoB defendeu ainda a responsabilização política de deputados da direita que apoiam as medidas de Trump e citou o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). “temos que apontar a responsabilidade política desse campo que tem um correspondente nos Estados Unidos que é o Eduardo Bolsonaro que está trabalhando contra o povo bra-



ABRASIL

sileiro”, apontou.

O deputado Pompeo de Matos (PDT-RS) disse que iria protocolar uma moção de repúdio do parlamento contra as medidas de Trump.

“Estou apresentando na Casa uma moção e que o parlamento aprove, contra essa taxaço que o governo Trump está impondo a economia do Brasil. É uma coisa absurda, estão nos tratando como se fossemos sabujo dos americanos e esse parlamento de maneira altiva tem que responder não à essa taxaço. Temos que levantar a nossa voz e dizer não ao Trump”, defendeu.

ARTIGO 205

Senado aprova PEC que define educação como vetor de progresso

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Senado aprovou, ontem, por 55 votos a favor e nenhum contra, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 137/2019, que define a educação como “vetor de progresso do país” no texto da Constituição. A PEC agora segue para análise da Câmara dos Deputados e, se for aprovada, altera o texto do Artigo 205 da Constituição para inserir a expressão, mantendo em inteiro teor o restante da redação do dispositivo em vigor.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, é vetor do progresso do país, e será promovida e incentivada com

a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, diz o texto da PEC.

Segundo o autor da proposta, senador Confúcio Moura (MDB-RO), a educação precisa ser vista não só como um importante direito dos indivíduos, mas também como instrumento de progresso econômico e do desenvolvimento sustentável do país.

Na visão da relatora, Professora Dorinha Seabra (União-TO), a proposta pode despertar na sociedade um compromisso com a realização do ideal de

uma educação de qualidade.

Apesar de todo o esforço que tem sido feito para a qualificação do ensino nos últimos anos, “ainda não conseguimos debelar uma visão restrita e economicista do orçamento público, que conduz à precarização da própria escolarização formal”, afirmou a relatora.

“Nesse sentido, a PEC sob exame se mostra alvissareira. Conquanto não represente, do ponto de vista prático, uma mudança de monta no ordenamento jurídico e no concerto das políticas públicas, a medida agrega novo valor ao conceito de educação, ao anunciar a articulação do setor com as premências e as

de estado é de competência apenas da Justiça Brasileira e, portanto, não está sujeito a nenhum tipo de ingerência ou ameaça que fira a independência das instituições nacionais”, rebateu o governo.

A nota abordou ainda as críticas de Trump às decisões do Supremo Tribunal Federal contra perfis em redes sociais que praticavam discurso de ódio e divulgavam *fake news*. O presidente afirmou que, “no contexto das plataformas digitais, a sociedade brasileira rejeita conteúdos de ódio, racismo, pornografia infantil, golpes, fraudes, discursos contra os direitos humanos e a liberdade democrática”.

“No Brasil, liberdade de expressão não se confunde com agressão ou práticas violentas. Para operar em nosso país, todas as empresas nacionais e estrangeiras estão submetidas à legislação brasileira”, escreveu.

PROCESSO NO STF

O julgamento de Bolsonaro e dos outros integrantes no núcleo central do processo que julga a tentativa de golpe de Estado, o núcleo 1, entrou no período de alegações finais a partir de despacho do Ministro Alexandre de Moraes, publicado em 27 de junho.

Pelo despacho, a partir da intimação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) tem o prazo de 15 dias para apresentar sua versão final dos fatos investigados. Após esse tempo, o delator do complô golpista, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, terá o mesmo tempo para apresentar suas próprias alegações finais.

Por último, as defesas dos outros sete réus da Ação Penal 2.668 terão também 15 dias para apresentar ao Supremo sua última manifestação antes do julgamento do caso pela Primeira Turma, composta por cinco ministros: além de Moraes, Cristiano Zanin, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

Todos os oito réus, incluindo o próprio Bolsonaro, foram denunciados pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, pelos mesmos cinco crimes: organização criminosa armada, tentativa de abolir violentamente o Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado por violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Somadas, as penas podem ultrapassar os 40 anos de prisão.

condições que determinam a própria continuidade do país”, argumentou.

A relatora acrescentou que a PEC detém potencial para deslertar na sociedade compromisso com a realização de um ideal de educação que, calcado no direito de acesso de todos a um ensino de qualidade, “é também assecuratório de um Brasil que avança, de maneira sustentável e com um padrão de distribuição de riqueza mais equitativo”.

Para ser aprovada, uma PEC precisa dos votos favoráveis pelo menos três quintos dos parlamentares de cada Casa, em dois turnos.

STF

Moraes diz que Eduardo interfere em processo na Corte

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) continua interferindo no andamento da ação penal da trama golpista.

A avaliação está na decisão na qual o ministro determinou a inclusão de um vídeo postado pelo parlamentar nas redes sociais no inquérito em que é investigado pelos crimes de coação no curso do processo e obstrução de investigação.

No vídeo, o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) diz que o sistema judiciário do Brasil é um risco para a democracia. O discurso, legendado para o inglês, foi feito durante a manifestação do dia 29 de junho em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, na Avenida Paulista, em São Paulo.

"Verifica-se que o investigado Eduardo Nantes Bolsonaro permanece praticando condutas com o objetivo de interferir e embarçar o regular andamento da AP 2.668/DF (núcleo 1), que já se encontra em fase de apresentação de



CARLOS MOURA/STF

alegações finais pelas partes”, argumenta Moraes.

O ministro também pediu a manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a questão.

Em março deste ano, Eduardo Bolsonaro pediu licença de 122 dias do mandato parlamentar e foi morar nos Estados Unidos, sob a alegação de perseguição política.

O deputado licenciado é investigado pela suposta atuação para incitar o governo norte-americano a adotar medidas contra Moraes, escolhido relator do caso por também atuar no comando das ações da trama golpista e no inquérito das fake news.

NOVO MARCO

ABE-EAD questiona no STF constitucionalidade de ensino a distância

WILIAN MIRON/AE

A Associação dos Estudantes de Educação a Distância (ABE-EAD) entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o decreto 12.456/2025, que proíbe a realização de cursos na modalidade a distância para Medicina, Direito, Odontologia, Enfermagem e Psicologia.

O relator será o ministro André Mendonça, que pediu esclarecimentos ao ministro da Educação, Camilo Santana, sobre as alegações feitas pela ABE-EAD. O prazo para resposta é de dez dias.

Para a entidade, as novas regras impostas para o EAD seriam “inconstitucionais” porque

limitariam, sem respaldo legal, o direito à educação e a autonomia universitária. Deste modo, geraria o fechamento de cursos, a interrupção de matrículas, a frustração de projetos pedagógicos legitimamente aprovados, a exclusão educacional em massa e o retrocesso injustificável no processo de democratização do ensino superior.

A ABE-EAD argumenta, ainda, que haveria afronta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e que a delegação conferida ao Ministério da Educação (MEC) para ampliar a lista de cursos proibidos de serem ofertados na modalidade EAD seria indevida, ferindo os princípios da legalidade e da separação dos Poderes.

GENERAL NA CADEIA

Trama golpista: Moraes mantém prisão do general Mário Fernandes

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem manter a prisão do general do Exército Mário Fernandes, um dos réus no processo da trama golpista. O militar está preso desde novembro do ano passado.

Na decisão, o ministro entendeu que a manutenção da prisão é necessária para resguardar o andamento do processo.

"Verifica-se a necessidade de resguardar a ordem pública e a instrução processual penal, tendo sido corroborado pelo oferecimento da denúncia em face do custodiado, inexistindo qualquer fato superveniente que possa afastar a necessidade de manutenção da custódia cautelar", decidiu Moraes.

Durante o governo Bolsonaro, o general ocupou o cargo de secretário executivo da Se-

cretaria-Geral da Presidência da República. Ele foi responsável, segundo a Polícia Federal (PF), pela elaboração do arquivo de Word intitulado Punhal Verde e Amarelo, com planejamento "voltado ao sequestro ou homicídio" do ministro Alexandre de Moraes, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente Geraldo Alckmin.

A PF também aponta que Mário Fernandes afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro deu aval para um plano golpista até 31 de dezembro de 2022. Em um áudio enviado a Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Fernandes falou que o ex-presidente teria dito a ele que a "ação" poderia ocorrer até o último dia do mandato.

Na defesa enviada ao STF, os advogados do general reba-teram as acusações e disseram que o plano golpista não foi apresentado a "absolutamente ninguém".

TAC

MP firma acordo para indenizar transplantados de órgãos com HIV

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para indenizar seis pacientes que receberam órgãos contaminados com vírus HIV, em outubro do ano passado. Assinaram o acordo o estado do Rio de Janeiro, a Fundação Saúde e o Laboratório Patologia Clínica Dr. Saleme Ltda - PCS LAB.

A Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro também assumiu o compromisso de ofertar programa contínuo de acolhimento e acompanhamento médico, psicológico e social aos pacientes e familiares. Também estão previstos no acordo, o fornecimento de medicamentos, atendimento especializado, transporte para unidades de saúde e canais exclusivos de atendimento e emergência. Em nota, o MP disse que o TAC pretende evitar o desgaste de um processo judicial, garantir a reparação imediata às vítimas e fornecer "atendimento contínuo, humanizado e resolutivo, com base nos princípios da dignidade da pessoa humana e da preven-

ção de danos". A investigação e a denúncia sobre o caso foram instauradas pelo próprio MP em outubro de 2024. As acusações incluíam lesão corporal gravíssima, associação criminosa, falsificação de documento particular e falsidade ideológica.

RELEMBRE

Em outubro do ano passado, a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro confirmou que investigava a infecção por HIV de seis pacientes que tinham sido submetidos a transplantes de rins, fígado, coração e córnea. O laboratório PCS Saleme, contratado pelo governo estadual em dezembro de 2023, por intermédio da Fundação Saúde, para fazer exame de sorologia, emitiu laudos fraudulentos, que não acusaram a presença do HIV em órgãos de dois doadores. Após o caso ter sido tornado público, o laboratório PCS Saleme foi interditado pela Vigilância Sanitária estadual e o contrato com o governo do estado rescindido. O escândalo provocou a renúncia da direção da Fundação Saúde.

DOENÇA

Casos de Síndrome Respiratória Grave seguem em alta no Rio

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Mesmo apresentando sinais de desaceleração, o número de interações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) ainda se mantém acima do esperado no estado do Rio de Janeiro. É o que mostra a nova edição do Panorama SRAG, análise semanal divulgada ontem pela Secretaria de Estado de Saúde. A pressão por leitos hospitalares persiste, mesmo com redução no número de casos, a demanda ainda supera 600 solicitações semanais. Até terça-feira passada, foram registradas 11.635 interações e 836 óbitos por SRAG. O número apresentou um pequeno recuo nas últimas semanas. A estimativa é feita por nowcasting, modelo que corrige distorções por atraso nas notificações. A faixa mais afetada continua sendo crianças de 1 a 5 anos de idade. Entre crianças de até 9 anos de idade, o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) continua sendo o mais detectado nos testes, junto do com o Rinovírus. Entre idosos, com 60 anos ou mais, o subtipo H1N1 da Influenza A foi o principal agente identificado entre abril e junho. Em maio, a Influenza passou a liderar os óbitos por SRAG, porém o quadro tem recuado um pouco, atualmente. A superintendente de Vigi-

lância em Saúde, Luciane Velasque, informou que “o estado continua com uma cobertura baixa de Influenza, em torno de 30%”. “As crianças, nesse momento, ainda internam muito por Vírus Sincicial Respiratório (VSR), que é um outro vírus, e os idosos vinham com uma intenação maior por influenza (H1N1). Agora os idosos já passam a internar também por covid-19. As pessoas devem ir aos postos de saúde para se vacinar contra a gripe e a Covid”, disse. Até ontem, em todo o estado foram aplicadas 2.837.024 doses, sendo 1.314.059 nos públicos prioritários, o que corresponde a apenas 29,4% da meta estabelecida pelo Ministério da Saúde. Regiões como a baixada litorânea, Metropolitana I e Baía da Ilha Grande apresentam os piores índices. A vacinação é gratuita, segura e está disponível em todos os postos de saúde. A campanha anual de imunização contra a influenza segue até janeiro de 2026, com estratégias específicas para alcançar os grupos mais vulneráveis. Desde fevereiro, o estado ampliou o número de leitos pediátricos que atendem casos graves de SRAG: são 85 ao todo, sendo 40 no Hospital Estadual Ricardo Cruz e 45 no Hospital Zilda Arns.

Nota

CHEFE DO COMANDO VERMELHO É PRESO DE CUECAS EM SUÍTE DE MOTEL EM OPERAÇÃO DO BOPE

Um homem apontado como chefe da facção criminosa Comando Vermelho na região serrana do Rio de Janeiro foi preso, ontem, na suíte de luxo de um motel, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Carlos Eduardo da Silva, o Gorila, foi surpreendido quando estava no local com a namorada por uma equipe do Batalhão de Operações Especiais (Bope), durante uma operação deflagrada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ). Segundo o MPRJ, Silva lidera o tráfico no Complexo da Mangueirinha. Também foram presos na operação, em outros locais, Lucas da Silva Ribeiro, apontado como gerente do tráfico no complexo, e Sandro Wallace, que tinha mandado de prisão em aberto. Gorila foi localizado em um motel, na Rodovia Washington Luís, onde estava com a namorada. Ele estava só de cuecas quando abriu a porta da suíte e recebeu voz de prisão. Com o suspeito, foram apreendidos um celular, dois relógios de grife e joias, incluindo um cordão de ouro personalizado com a inscrição “Lealdade Gorilão”. A ação, coordenada pela 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Teresópolis e a Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI), cumpriu 25 mandados de busca e apreensão.

EUA

Corte submissa a Trump libera demissões em massa

O governo dos Estados Unidos recebeu a autorização da Suprema Corte ontem, para realizar demissões no serviço público federal e dismantelar a estrutura de agências. A decisão pode resultar na perda de empregos para milhares de funcionários públicos americanos, em áreas como o Departamento de Estado, do Tesouro e de Habitação e Desenvolvimento.

A decisão da Suprema Corte anulou a decisão de um tribunal inferior, que bloqueava as demissões em massa. Ela não está assinada e não tem o número de votos favoráveis e contrários - o que segue um costume em ações emergenciais. A juíza da corte Ketanji Brown Jackson se posicionou publicamente contra a decisão.

O caso significa um teste crucial do tamanho do poder do presidente Donald Trump para reestruturar o governo federal sem participação do Congresso. Tecnicamente, a decisão dos juízes é temporária e orienta como o governo pode agir enquanto os planos de Trump são desafiados judicialmente. Mas, na prática, significa que o presidente pode prosseguir com a reestruturação até que a questão seja julgada em definitivo. Em uma decisão de dois parágrafos, os juízes da Suprema Corte dizem ter concluído que o governo "provavelmente terá sucesso" na defesa de que o decreto no qual Trump expôs os planos de cortes é legal. Os juízes acrescentam que a decisão desta terça não tem um juízo de valor sobre a legalidade das demissões ou reorganizações feitas pelo governo.

A decisão marca a vitória mais recente de uma série de ações ganhas pelo governo Trump na Suprema Corte dos

EUA em pedidos de emergência, relacionadas aos seus planos de reformular a administração federal rapidamente.

Em 27 de junho, os juízes da corte suprema também limitaram o poder de magistrados de tribunais inferiores de bloquearem as políticas de Trump.

Embora os votos não tenham sido divulgados, a decisão incluiu uma breve concordância pública da juíza Sonia Sotomayor, uma dos três liberais do tribunal - o que sugere amplo consenso entre os juízes quanto ao resultado. Sotomayor escreveu que concordava com a decisão da Suprema Corte, mas acrescentou que os tribunais de primeira instância são "livres para considerar" a legalidade dos planos de cortes da Casa Branca.

Em um pronunciamento de 15 páginas, a juíza Ketanji Brown Jackson criticou duramente a decisão da Suprema Corte, sob o argumento de que ela mina a autoridade dos juízes de primeira instância. "(A decisão) não é apenas verdadeiramente infeliz, mas também arrogante e sem sentido", escreveu a juíza.

"Não é papel deste tribunal intervir e questionar as conclusões factuais de um tribunal inferior", acrescentou, em uma posição semelhante a que expressou no mês passado no caso que diminuiu o poder dos juízes de tribunais inferiores.

Ela afirmou que "ninguém contesta seriamente" que o decreto executivo do presidente americano "levaria a enormes consequências no mundo real", incluindo "o desmonte de grande parte do governo federal, conforme criado pelo Congresso".

"O que uma pessoa (ou presidente) poderia chamar de inchaço burocrático é a perspectiva de um fazendeiro ter uma co-

EUROPA

Otan e Alemanha defendem mais gastos em defesa e atacam Rússia

PEDRO LIMA/AE

Durante coletiva de imprensa conjunta ontem, o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte, e o chanceler da Alemanha, Friedrich Merz, destacaram a necessidade urgente de reforçar os investimentos em defesa diante da escalada de tensões com a Rússia. "Concordamos em aumentar massivamente nossos investi-

mentos em defesa na cúpula da Otan", disse Merz, ressaltando ser preciso "agir, após a cúpula, para conter a ameaça russa contra a Europa". Segundo ele, a Alemanha vai investir em novos equipamentos militares e em novas tecnologias de defesa, diante de uma Rússia que "está ameaçando a paz, liberdade e prosperidade em toda a região do Atlântico Norte". O chanceler alemão também elogiou os sinais recentes dos

GUERRA

Putin ignora Trump, lança maior ataque de drones contra Ucrânia

A Rússia lançou na madrugada de ontem, o maior ataque com drones e mísseis contra a Ucrânia desde o início da guerra em 2022. O ataque ocorreu depois de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar o envio de "mais armas" para Kiev "se defender dos bombardeios russos", e criticar o líder russo, Vladimir Putin. No total, o Exército russo disparou 728 drones e 13 mísseis, segundo a Força Aérea ucraniana, que afirmou ter interceptado 711 drones e destruído sete mísseis, sem especificar os danos provocados pelos ataques. Os bombardeios fazem parte da tão propagada "ofensiva de verão" no leste da Ucrânia. O ataque é um indicativo

claro das intenções do presidente russo, Vladimir Putin, de ampliar sua ofensiva contra a Ucrânia a despeito da decepção e descontentamento manifestados por Trump esta semana. Putin avança na Ucrânia com intensidade renovada, já tendo considerado a possibilidade de novas pressões dos EUA, disseram ao New York Times analistas e pessoas próximas ao Kremlin. O líder russo está convencido de que a superioridade da Rússia no campo de batalha cresceu e que as defesas da Ucrânia podem entrar em colapso nos próximos meses, segundo com duas pessoas próximas ao Kremlin ouvidas pelo Times. Dada a ofensiva em curso da

lheita saudável, a chance de um mineiro de carvão respirar livre da doença do pulmão negro ou a oportunidade de uma criança em idade pré-escolar aprender em um ambiente seguro", escreveu a juíza.

Nas últimas semanas, os juízes emitiram outras decisões em pedidos de emergência que permitiram aos membros do Departamento de Eficiência Governamental obter acesso a registros confidenciais de milhões de americanos mantidos pela Administração da Previdência Social. As decisões também encerraram um programa humanitário destinado a dar residência temporária a mais de 500 mil imigrantes de países que enfrentam guerra e crise política e deram autorização a Trump para demitir dois chefes de agências independentes.

O pedido sobre as demissões em massa em agências federais decorre de um decreto executivo, assinado por Trump em fevereiro, em que instrui as autoridades a elaborarem planos para cortes em larga escala na administração federal.

Depois que o decreto foi anunciado, diversos sindicatos e governos locais entraram com ações judiciais para tentar anulá-lo.

Em maio, uma juíza do Tribunal Distrital Federal do Distrito Federal do Distrito Norte da Califórnia, Susan Illston, suspendeu temporariamente os planos da Casa Branca para as demissões e encerramento de programas. A decisão impediu que mais de 20 agências da administração americana avançassem nos planos de cortes.

A princípio, Illston bloqueou os decretos por duas semanas. Ela expandiu o bloqueio no mesmo mês, sob o argumento de que o decreto havia criado

uma ameaça aos serviços essenciais prestados pelo governo.

De acordo com a juíza, os cortes também provavelmente são ilegais sem a aprovação do Congresso. Ela concluiu que o presidente não pode conduzir uma reorganização ampla do poder executivo sem a cooperação do Congresso e precisaria seguir o processo aprovado pelo poder legislativo para reestruturação do governo. As demissões e o fechamento de agências foram congeladas de forma temporária durante a tramitação do processo

O governo Trump recorreu da decisão, mas um tribunal de segunda instância manteve a decisão da juíza. A reação, então, foi um pedido de emergência na Suprema Corte.

Na ação, o procurador-geral americano John Sauer afirmou que a decisão do juiz de primeira instância proibiu "quase todo o poder executivo - 19 agências, incluindo 11 departamentos ministeriais" de executar os planos de Trump para reformular o governo. Para ele, a decisão de primeira instância se baseou na premissa "indefensável" de que o presidente deve ter "autorização estatutária explícita" do Congresso para agir com base em "decisões internas de pessoal do poder executivo".

Em resposta, o sindicato dos trabalhadores federais dos EUA, autores da ação inicial, afirmaram que os tribunais inferiores determinaram corretamente que o decreto de Trump provavelmente excedeu a autoridade e violou a separação de poderes. "Por mais de 100 anos, presidentes de todo o espectro político obtiveram autorização do Congresso antes de empreender a reorganização do governo federal", escreveram em um memorando aos juízes.

5% do PIB, firmado na última cúpula da aliança militar. "Precisamos rebalancear nossos gastos em defesa com os EUA", disse. O secretário-geral da Otan também destacou o papel da Alemanha, observando que o país "é o maior contribuinte da UE em equipamentos militares à Ucrânia contra a Rússia". Para ele, "temos que aumentar capacidade defensiva nos dois lados do Atlântico" para proteção contra a "ameaça russa".

5% do PIB, firmado na última cúpula da aliança militar. "Precisamos rebalancear nossos gastos em defesa com os EUA", disse. O secretário-geral da Otan também destacou o papel da Alemanha, observando que o país "é o maior contribuinte da UE em equipamentos militares à Ucrânia contra a Rússia". Para ele, "temos que aumentar capacidade defensiva nos dois lados do Atlântico" para proteção contra a "ameaça russa".

dente Volodimir Zelenski, da Ucrânia, ofereceram uma rara oportunidade para Putin. A simpatia de Trump por Putin, esperavam muitos russos, poderia resultar no alívio das sanções, investimentos ocidentais, acordos de controle de armas e um realinhamento geopolítico favorável na Europa. Putin precisava apenas aceitar um cessar-fogo na Ucrânia que permitiria à Rússia manter o território já conquistado. Mas Putin queria mais. À medida que a Rússia ganhava terreno no campo de batalha e a Ucrânia lutava com a escassez de homens e armas para defender suas linhas de frente, as ambições militares de Putin aumentaram.